

A PULSÃO CRIATIVA NA POLÍTICA*

Celeste Cordeiro
Irllys Barreira

*Uma parte de mim é todo mundo
Outra parte é ninguém fundo sem fundo
Uma parte de mim é multidão
Outra parte estranheza solidão
Uma parte de mim pesa pondera
Outra parte delira
Uma parte de mim almoça e janta
Outra parte se espanta
Uma parte de mim é permanente
Outra parte se sabe de repente
Uma parte de mim é só vertigem
Outra parte linguagem
Traduzir uma parte na outra parte
Que é uma questão de vida e morte
Será arte?*

Traduzir-se - FERREIRA GULLAR

UM ABRIR DE CAMINHOS

Associar pulsão e dimensões criativas instituídas no terreno da cultura não é uma tarefa fácil.

A própria complexidade e o caráter evanescente do conceito Pulsão exigem uma construção de caminhos de reflexão que passam por sua materialização em linguagens, em criações artísticas e culturais.

^(*) Este texto foi originalmente apresentado no Congresso Nacional de Psicanálise intitulado *As pulsões*, realizado em maio de 1991, em João Pessoa.

O itinerário das pulsões e suas interrelações no psiquismo não constituem para nós o elemento fundamental de análise. Tomar as pulsões em seu formato 'visível', isto é, em sua materialidade, torna-se indispensável para recuperar a perspectiva social que circunscreve este estudo.

Assumiremos como ponto de partida as seguintes questões: Que situações sociais ou que momentos históricos favoreceriam a emergência de pulsões? Que novas dimensões simbólicas ou espaços de criação emergentes reatualizariam a tensão permanente entre essa ordem instituinte e as possibilidades e limites advindos de conjunturas determinadas?

Colocar essas indagações pode significar um desvirtuamento. Pois se a pulsão está fora da subjetividade, travesti-la em fatos observáveis pode se tratar de uma redução. Mas transformar conceitos em ferramentas faz parte da tarefa de sociólogos.

Atentaremos assim para a pulsão que, pela via simbólica, faz marcas no tecido social, viabilizando espaços, discursos e atos dentro de um contexto situado no tempo e no espaço.

A conjuntura política que dá contorno ao processo de redemocratização no Brasil constitui um cenário de ricas manifestações em que a oposição novo / velho ou instituinte / instituído repõe os contrapontos entre pulsão criativa e supostos normativos. Recuperando memórias e falas, a sociedade constrói linguagens alternativas que vão superando a estética do medo imposta por anos de autoritarismo.

Apesar de ser este um fenômeno com características mais gerais, iremos nos preocupar somente com algumas especificidades de seu desenvolvimento no espaço político de nossa cidade.

Fortaleza foi também assediada por essas inovações na linguagem que relativizaram as formas tradicionais de pensar e fazer a política através da destituição de antigas lideranças e da projeção identificatória em cima de novas mensagens.

Este momento abre a possibilidade da democracia como lugar de interrogação em que o discurso político não fala simplesmente em nome de, mas devolve aos sujeitos o espaço de formulação de identidades e desejos (Rodriguez: 1988). É a organização e o aparecimento da *sociedade civil* na arena do poder.

Falaríamos então de *épocas pulsionais*? Sim, desde que sem compreendê-las como o espaço do *todo-gozo*. Se a dimensão criativa que recobre o plano da linguagem retira, de um lado, a ilusão do Grande Outro enquanto líder tradicional, repõe com novas características, por outro lado, o *frisson* sempre existente entre a pulsão, sua transmutação em desejo e a institucionalidade que atravessa o campo do político.

Fortaleza em 1985 reabre este espaço inaugural. Ponto de inflexão na política coronelista questionada pelo surgimento de novas personagens: sujeitos e movimentos portadores de utopias e projetos não identificados com a antiga ordem.

Discutiremos neste texto algumas características da formação, significado e efeito do que será nomeado como *novo discurso*, a partir de seu proferimento por dois políticos com grande carisma: Maria Luiza Fontenelle e Ciro Ferreira Gomes que se sucederam na prefeitura a partir de 1985.

Por vias diferentes, e por vezes antagônicas, são representantes de uma nova linguagem - democrática? participativa? popular? - que passa a ser incorporada no plano da política.

Ambos retiram sua força da destituição simbólica do antigo. "Reconstruir a cidade" ou "devolvê-la aos seus habitantes" são expressões importantes da "nova política cearense".

Percorreremos este texto na tentativa de pensar esta realidade sob a óptica da pulsão criativa, captada não só pelo olhar psicanalítico mas também sociológico, político, cotidiano.

É um caminho tortuoso mas temos a *com-pulsão* de segui-lo.

O PERCURSO DESVIANTE

Nossa exposição da base conceitual psicanalítica de pulsão vai seguir, de maneira geral, os argumentos de LUIZ ALFREDO GARCIA ROSA explicitados em livros, seminários e conferências.

A pulsão, um dos conceitos mais complexos da Psicanálise, tenta articular o corpo com as coisas. Enquanto sua fonte e intensidade estão ligadas às necessidades vitais do corpo, seu objeto e objetivo ligam-se a coisas.

Entre o corpo pulsional e o mundo situa-se o espaço da linguagem que permite, inclusive, pensar estes dois pólos e propor uma articulação possível.

Neste espaço, trama de representações, está figurada a pulsão, presentificando o corpo e fazendo emergir significantes.

A pulsão é movida pelo vazio, o qual impõe à subjetividade (aparato psíquico) fazer sinal à exterioridade. Como a pulsão é da ordem do Real, seus efeitos se mostram via dimensão simbólica, tomando de empréstimo os objetos do desejo. A pulsão está, portanto, fora do psiquismo, fora da linguagem e do simbólico, constituindo um *a priori* fictício cujas conseqüências materiais são percebidas no mundo humano, que é o mundo da linguagem. O nível simbólico (que não pode ser isolado totalmente do real e do imaginário) torna-se, assim, o determinante em última instância, de nossa inscrição num mundo que se estende além de nós.

Por encontrar-se além de toda significação, toda pulsão é pulsão de morte no sentido de ser pura potência dispersa, caracterizada pela impossibilidade de totalização. Tem o *desvio* como princípio constitutivo, ou seja, ela não desvia de qualquer ordem suposta mas é desviante em si mesma. Sua errância é que impede a globalização, a

inteireza, a completude perseguidas pela subjetividade. Ela afirma uma necessidade que emana do princípio de disjunção e que vai impactar todas as organizações, produzindo diferenças e pervertendo absolutos.

Dessa forma é que a pulsão (de morte) impede que a repetição seja compulsão à repetição. Trata-se da repetição do mesmo, embora como repetição *diferencial*. A pulsão é anárquica mas não é niilista. Seu modelo é a guerra mas não como pura destruição. Porque o real se articula com o imaginário e o simbólico, a pulsão é construtiva, impedindo a repetição eterna da ordem constituída, da indiferenciação, da homogeneidade. Ou seja, nem compulsão das mesmidades constituídas pela pulsão sexual e nem, tampouco, a diferença pura, que se tornaria impensável e loucura. Como diz MURRAY *ahubris* (palavra grega que significa insolência suprema) impõe-se com mais força, rompe limites, quebra a ordem, mas é seguida pela **Dike**, a justiça, que os restabelece (citado por LASH: 155).

Existem possibilidades de satisfazer parcialmente as pulsões e a sublimação, conectando-as a objetos socialmente valorizados, multiplica estas possibilidades. É a impossibilidade de completa satisfação que impede Eros de retornar ao *esquecido* e o impele para frente em direção à satisfação compensatória propiciada pelos jogos da cultura. A condição para o sucesso destas satisfações é que não pretendam ignorar os apelos corporais, mas promover sua satisfação sobre bases mais sofisticadas, como é o caso da criação artística ou científica, da crença religiosa ou do trabalho político.

Em todos estes casos, temos uma produção cultural que tanto pode submeter-se aos ditames das instituições existentes, como pode, a partir deste quadro, romper com o estabelecido e dar um salto na direção de novos possíveis, instituindo outros estilos, outros ritos, outros modelos... A cultura faz a mediação entre o mundo interior e o mundo exterior; e a interação entre a originalidade e a aceitação da tradição é um traço comum a toda forma de atividade cultural.

Observando a relação entre estas duas *alternativas*, vemos que elas guardam uma circularidade porque o novo, depois de inaugurado, vai buscar sua própria sedimentação, vai tentar vestir a roupa tradicional e imemorial do que *sempre foi*. Ao mesmo tempo, o potencial criativo da pulsão, que possibilitou condições para o surgimento deste novo, vai retomar seu trabalho de desestruturação.

É a luta entre o cidadão, definido pela identidade, e o sujeito do desejo, (in) definido pela diluição de quaisquer identidades.

As sempre renascentes tentativas da subjetividade em construir totalidades parecem ser sua maneira de resistir ao impossível do vazio, ao abismo, à vertigem, ao acaso. Este acaso a que a pulsão nos arrasta parece gerar um tal sentimento de angústia que se impõe a necessidade de uma resposta apaziguadora. Este apaziguamento advém da inscrição do sujeito num contexto que, ao mesmo tempo que é explicado por ele, também o explica, o insere numa ordem de sentido e de finalidade.

As instituições sociais constituem, além da objetivação da ordem material, a cristalização deste ímpeto de síntese: família, igreja, escola, corrente artística, partido político, etc. Formando grupos, instituindo líderes, elegendo *irmãos*, compartilhando crenças, vão exorcizando a presença do vazio, da pura diferença, da solidão radical. Neste movimento, pretendem substituir o sentimento do vazio pelo da falta que poderá vir a encontrar seu objeto ideal.

O mal-estar da cultura consiste exatamente em que todo este esforço de configurar identidades possui limites muito fortes, pois o que ele persegue é afinal desconhecido. Quando se pensava ter alcançado, enfim, a Resposta, eis que chega a pulsão com novas perguntas, desfazendo e refazendo a história e suas instituições.

Talvez possamos propor uma equação a partir disto: de que o mal-estar da cultura deve ser maior quando as possibilidades de recriação pessoal e/ou coletiva são menores, ou seja, quando há menos oportunidades de elaboração deste mal-estar com a construção de outros formatos de comunicação social.

Como diria MARCUSE, se todo o processo civilizatório é marcado pela repressão, há 'no entanto' situações sociais que exigem um *quantum* de repressão *excedente* (Erose e Civilização). Enquanto MARCUSE coloca o sistema capitalista como uma situação deste tipo, nós podemos ir ainda mais longe e arrolarmos a ditadura militar no Brasil (como outras) num patamar ainda mais elevado de repressão *excedente* (abordaremos esta questão adiante).

O jogo de deslocamento e redefinição das promessas de completude, sejam religiosas, políticas ou outras, articula-se assim com as condições institucionais existentes, que podem favorecê-lo ou pretender engessá-lo.

Como diz JACQUES ELLUL, a má consciência é inseparável da liberdade. Daí porque a psicanálise se recusa a pretender dissolver a tensão entre pulsão e cultura, encarada como o eminentemente humano, como a fonte do que há de melhor (e do que há de pior) na vida humana.

No campo da política, o perfil da promessa ganha características próprias, que o separam do campo científico, religioso ou artístico, ainda que a sedução da globalidade permaneça.

Grupos, partidos, oposições, doutrinas, lideranças, movimentos, revoluções, fazem parte desta área especial de convivência humana que também é uma variável dentro do conjunto de organizações e idéias presentes no social como um todo.

Também aqui a tensão junção / disjunção é mediatizada pelos pactos institucionais firmados que podem tão somente promover a conservação do que existe ou facilitar os percursos pulsionais de desacomodação.

SOB O SIGNO DA PAIXÃO

Quando VIRGINIA WOOLF indaga, em seu belo ensaio intitulado *Um Teto Todo Seu*, as possibilidades de surgimento de uma literatura feminina no século XVIII, sugere-nos pensar as condições históricas necessárias ao próprio ato criador. Isto significa que os momentos que favorecem a expressão criativa não se efetivam somente no espaço restrito das individualidades. Antecedem ao ato criador as condições sociais de criação.

O próprio modo como construímos as temporalidades, por rupturas, tal como na metáfora passado - presente - futuro, nos ajuda a compreender em que contextos - situações de crise? - o vazio do presente tende a rejeitar o passado e buscar delinear o futuro de modo mais urgente.

Determinados períodos históricos mostram-se mais ricos neste processo de *antecipação* do futuro, daí terem nos legado produções culturais que permanecem para além de seu próprio tempo.

As dimensões criativas podem, no entanto, ser *vítimas* de sua época. É essa a preocupação da *Escola de Frankfurt* quando analisa e denuncia os efeitos dos meios de comunicação de massa na domesticação e cooptação de importantes aspectos da cultura na modernidade. A formulação de áreas de competência destituiria os saberes não legitimados, aprisionados pelo mito da técnica: é nestes termos que BENJAMIN critica a *mesmice* que substitui a aura artística de uma obra única pela reprodução.

Se no campo específico da arte, a domesticação cultural paira como fantasma da modernidade, é na política que a criação tem o seu mais forte enfrentamento.

A política não pode abdicar de *certezas* que permeiam o campo objetivo dos diagnósticos, decisões e previsões. Sob esta exigência de racionalidade, a política coloca obstáculos particulares ao ato criador, mas nem por isso consegue esvaziar-se da tensão novo/antigo.

GRAMSCI é um dos teóricos políticos que se preocupam com a presença da *paixão* na política e incorpora à sua análise essa relação paradoxal, chegando a afirmar que, em política, *paixão* é igual à *previsão*. Segundo ele, a *paixão* aguça o intelecto porque só quem deseja fortemente identifica os elementos necessários à realização da sua vontade.

GRAMSCI também confere a esta postura o balizamento necessário para que ela não possa ser associada a *voluntarismo*: ele mostra que os limites da ação são dados pela correlação de forças vigentes, o que engloba o aparato institucional.

A arte da política estaria, assim, num campo de vida social que não se caracterizaria pela intuição estética ou lírica, mas pela presença de um chefe capacitado a relacionar meios e fins, suscitar a *paixão* dos homens e orientá-los para uma determinada ação.

Toda a reflexão de GRAMSCI renova nossas interrogações acerca das possibilidades / limites da perspectiva criadora, no âmbito estratégico do agir político. Se podemos dizer que a guerra expressa mais facilmente o *deslanchar* das paixões, seria a política a face sublimada dos confrontos?

Assim como GRAMSCI ressalta a importância das relações de força na arena da política, também BOURDIEU se debruça sobre a dimensão realista do jogo político, definindo o espaço de regras e leis que situam as intenções livres dentro do quadro dos possíveis. Estes possíveis seriam determinados de acordo com critérios de competência e posse de atributos socialmente estabelecidos.

O 'INDIZÍVEL' E O DISCURSO DA ORDEM

Indicativo desta afirmação de que política e pulsão constituem um paradoxo é o fato de que os momentos antecedentes de golpes militares são permeados de conflitos que, sob o epíteto de *caos*, acionam os discursos da *ordem*.

Espaços políticos democráticos teriam, pois, a introdução da *incerteza referencial*. De um lado a política em ação no seu sentido pleno (jogo aberto dos conflitos), mas de outro, a política desconfiada e temerosa. Enquanto enigmática e desprovida do falo totalitário, ela acena ao não apreensível (PEREZ: pág. 20).

Dois momentos da vida política brasileira podem nos ajudar a ilustrar dois modos possíveis de articulação entre paixão e política: a ditadura militar e seus momentos de agonia com a Campanha das Diretas.

Apesar de ambos os momentos estarem incluídos dentro de um quadro maior de *patrimonialismo estatal*, conforme a interpretação que FAORO faz da teoria weberiana (Os Donos do Poder), podemos verificar gradações sutis, o que provavelmente levou SCHWARTZMAN a falar em *neo-patrimonialismo* (As Bases do Autoritarismo Brasileiro).

Para além das diferenciações, no entanto, SCHWARTZMAN destaca a permanência de um determinado padrão: "o de um Estado hipertrofiado, burocratizado e ineficiente, ligado simbioticamente a uma sociedade debilitada, dependente e alienada" (pág. 26), e afirma que o problema principal com estados desta índole é o de que "todas as formas de organização social que eles geram tendem a ser dependentes do poder público e orientados para a obtenção de seus favores" (pág. 23).

Não obstante esta constatação, que nos leva a observar o imaginário político no País, fazendo dos vários níveis de Governo depositários de promessas paternalistas de justiça e proteção, insistimos na caracterização de rupturas parciais desta tradição.

Esta sociedade civil infantilizada a que nos referimos vai, a partir dos últimos anos da década de 1970, ressurgir na cena política de forma mais independente e autônoma do que mesmo nos períodos mais efervescentes da política pré-64. Ao mesmo tempo, os governos começam a perceber a nova

realidade e a adaptar seus discursos à presença destes grupos organizados, chamados - como *parceiros* - à participação.

Este período vai propiciar percursos pulsionais mais ágeis e influenciar no sentido do aparecimento de outros estilos de fala / gestão política apressados em construir um *novo*.

Senão vejamos. Após a sedimentação do movimento militar que tomou o poder em 1964, assiste-se à montagem de uma estratégia de comunicação que busca impor um único discurso, monotonamente repetido no interior dos poucos espaços de reunião permitidos. Discurso monocórdio que tenta envolver toda a sociedade com uma malha asfíxiante. O espaço para a contestação e a proposta ficou reduzido, a criação foi tomada como crime, gerando desespero e culpa, e a renúncia total às pulsões foi institucionalizada de forma ampla.

É interessante observar que a doutrina militar intuiu a dimensão da criação política como subversão da ordem, atentado contra o estabelecido, no sentido de que toda a criação emerge como recusa do que está culturalmente posto.

O não-dito do discurso militar do governo brasileiro é que esta criação - vestida de manifestação pública, pronunciamento parlamentar, plano de partido opositor, etc. - não pára na destruição, mas destrói para (re) construir. O não-dito é que toda institucionalização é provisória, o que concede legitimidade a todos os *outros* da instituição para que a refaçam.

O outro momento da política brasileira que queremos destacar corresponde à transição democrática que se anuncia mais claramente a partir de 1984. Podemos ver, emblematizado no Movimento das Diretas e na campanha vitoriosa de Tancredo Neves, um reencontro entre sociedade e política, ou seja, abertura de espaços e chamamento da população à *criação* política. Um grande número de elementos materiais e/ou simbólicos movem-se como bolas de bilhar à primeira tacada. E tem início um novo período de festa na vida nacional.

A PULSÃO PEDE PASSAGEM

"Em equilíbrio instável sobre a rampa, mal divisamos na concha natural formada pelo vale, confundidos com o público ator, os músicos da Orquestra Municipal de Campinas que, ainda há pouco, tocavam a Quinta Sinfonia. O maestro Benito dança, literalmente, no palanque improvisado. Como todos nós que agitamos bandeiras, faixas, cartazes, ao som do programa do dia: além de BEETHOVEN, RIMSKI - KORSAKOV, STRAUSS, CHICO BURQUE, VANDRÉ, MILTON NASCIMENTO. Lá em cima, no viaduto, o cortejo continuará, por mais de uma hora, a desfilar. Um pouco abaixo, como que suspensa, advinha-se a tribuna improvisada na passarela de pedestres. Enfim, o vale, preto de tão apinhado de gente se não fosse, de fato, recoberto pelo vermelho das bandeiras e, sobretudo, pelo amarelo das

diretas. Sons e cores explodindo nessa criatividade de que cada um traz a marca no próprio peito, nos desenhos das camisetas amarelas, na variedade dos botões reclamando o direito de votar para presidente, nas palavras - de - ordem improvisadas e imediatamente repetidas em coro por toda a multidão" (Meyer e Montes págs. 3 e 4).

O registro deste evento, se pensado fora de seu contexto, está distante do que poderia ser convencionalmente visto como manifestação cívica.

O movimento pelas *Diretas* implica uma espécie de ritual de inversão onde política, arte e criação misturam-se, rompendo as fronteiras de seus campos específicos. É como se fossem desmanchados os cordões imaginários de uma realidade social estruturada, fazendo a política escapular para uma outra cena: a rua. Dimensões eróticas, religiosas e outras recompõem a "totalidade" suprimida num processo de castração em que os cidadãos perderam até o direito à fala.

Mas a festa, como toda festa, é efêmera. O retorno gradativo da ordem absorve este gozo emergente, deixando a frustração de expectativas não contempladas. Marchase contra-marchas freiam o que parecia radical demais para a época. Tancredo Neves é o símbolo deste meio caminho, também tornado impossível pelo real da morte.

Desejo e negação fazem parte constante de nossa história política mais recente, num acenar de esperanças que promovem seus mitos, heróis e vilões.

A recomposição da ordem, via transição, é percebida como *possível*, repõe o "nós queremos, mas..." que nos diz dos limites institucionais da ação política. Nos aponta também dimensões inconscientes da presença da lei do Pai - Estado - Patrão. Será que é possível reinventar a lei nos marcos da cultura instituída, mas apontando para um além - dela?

Numa sucessão de transbordamentos / retrações, a história se refaz. Quando tudo parece calmo, mais uma vez "andam sussurrando em versos e trovas, andam combinando no breu das tocas, anda nas cabeças e anda nas bocas..." (O que será, Chico Buarque).

VOCÊ JUROU QUE EU IA SER FELIZ

A travessia da ditadura, na direção de uma convivência social em que a maioria da população seja considerada de fato, leva tempo. Alguém já disse que ser sujeito dá mesmo muito trabalho...

Em Fortaleza (e no Ceará) esta travessia contou com algumas figuras de proa no Executivo, as quais desempenharam um papel de ruptura, mais ou menos radical e em parte até de forma involuntária: Gonzaga Mota (governador do estado, 1982/6), Maria Luiza (prefeita, 1985/9), Tasso Jereissati (governador, 1986/90) e Ciro Gomes (prefeito - 1990 - e governador, 1991/?).

Por vias diversas eles combateram os *coronéis*, símbolo do paternalismo autoritário, ou seja, da concepção puerilizada do povo. Marca esta concepção a idéia de que uma elite deve tutelar a sociedade, já que esta não teria tirocínio suficiente para ser ouvida ou mesmo, em determinadas áreas, para gerir sua própria vida.

Nesta percepção *coronelistas* - que em vários pontos ultrapassa a política nordestina - o *outro*, o povo é apenas o contraponto silencioso de um discurso voluntarista, um fantasma a quem se dirigem promessas. Quando presentificado em pessoas ou grupos, à cooptação ou à exclusão, como crianças que ganham bombons ou palmadas.

A partir do processo de *distensão e abertura* políticas, iniciado no governo Geisel, começamos a observar mudanças que inicialmente esgotam-se nos documentos, mas aos poucos passam a habitar palavras e atos.

É o tempo de se aproximar do povo: descentralização, municipalização, administração *nos bairros*, conselhos, gestão participativa, governo itinerante, etc.

O povo começa a ser visto - muitas vezes com o olhar "oblíquo e dissimulado" de Capitu (D. Casmurro, Machado de Assis) - como interlocutor válido, um adulto capaz de tomar (e sustentar) decisões sobre si mesmo.

Neste trabalho, escolhemos tratar de dois estilos bastante diferentes de responder às exigências neste novo momento da vida nacional, feitos diferentes de realização da pulsão numa conjuntura histórica mais vantajosa para a criação política, dois modos de trabalhar politicamente a relação com o desejo do outro: são as feições opostas de Maria Luiza e Ciro Gomes.

Na ética política, o desejo está articulado à renúncia e ao sacrifício, como fala que remete sempre ao desejo do outro: "Estou aqui para que outros gozem", parecem querer dizer todos os políticos.

Que o desejo só nasce a partir da frustração é uma evidência especialmente manifesta na política. Isto porque, neste campo, o desejo e a ação somente se legitimam quando afirmam traduzir o bem comum. E, mais, quando demonstram condições de efetivar concretamente, pelo manejo correto dos mecanismos institucionais, essas promessas de felicidade alheia (*Você jurou que eu ia ser feliz* - é o significativo título de um romance de SONIA NOLASCO).

Os dois discursos que iremos analisar em seguida, pinçando as características que apostamos serem mais interessantes, constituem duas maneiras (representativas de tendências mais amplas) de viver a renúncia e a promessa e de se emprestarem como suporte imaginário do "bem de todos e felicidade geral da nação".